

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES  
FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE SÃO GONÇALO  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE RUA E FORMAÇÃO DE  
PROFESSORES:  
QUESTÕES A PARTIR DO ESTUDO DAS PROPOSIÇÕES E IMPLANTAÇÃO DE  
UM PROJETO DESENVOLVIDO EM SÃO GONÇALO-RJ**

Ana Cristina Pedro Brito

São Gonçalo - RJ  
Julho de 2009

Ana Cristina Pedro Brito

**CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE RUA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: QUESTÕES A PARTIR DO ESTUDO DAS PROPOSIÇÕES E IMPLANTAÇÃO DE UM PROJETO DESENVOLVIDO EM SÃO GONÇALO-RJ**

Trabalho monográfico apresentado à Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eveline Algebaile

Aprovada em: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eveline Algebaile (Orientadora)  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>a</sup> Ms. Vera Pereira Muniz  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Dedico este trabalho,  
primeiramente, a Deus  
e meu pai João Carlos Guimarães Brito.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a Deus. Ao meu pai, João Carlos, pois sem ele hoje eu não seria a pessoa que sou e nem conseguiria estar concluindo a faculdade. À minha avó, dona Olívia que muito me incentivou. Aos meus colegas de trabalho do CEOM, MMSG, que muito me ajudaram durante todo o curso de Pedagogia. A Marisa Chaves, Oscarina Serqueira e Selma Rocha, Erica Peçanha, Maria Luzia a Michele e a todos que não citei, mas que contribuíram para minha formação. Não poderia deixar de agradecer ao meu esposo Marcelo Soares Pimenta, que muito me aturou nos momentos de estresse. À minha orientadora Eveline, que além de ser minha orientadora, foi também uma amiga, que, graças a sua dedicação e paciência, conseguiu me ajudar a fazer um dos meus sonhos se tornar realidade.

Enquanto não soubermos conduzir nosso pensamento para os altos planos da vida, não poderemos alcançar a meta dos iluminados.

*Luiz Sérgio de Carvalho*

## RESUMO

Buscando compreender os limites e as possibilidades dos projetos dirigidos às crianças e jovens pobres em situação de rua, em municípios metropolitanos com graves índices de pobreza urbana, desenvolvemos uma pesquisa monográfica sobre o projeto Territórios Livres, realizado no município de São Gonçalo – RJ, destinado à produção de um mapeamento das crianças e jovens em situação de rua que servisse de base para a formulação de políticas e programas. A pesquisa dirigiu-se para a compreensão do contexto e da forma de organização do projeto, bem como dos desafios enfrentados ao longo de sua implantação, envolvendo: estudo das leis que orientam a ação do Estado sobre infância e adolescência a partir da Constituição Federal de 1988 e dos documentos de implantação e avaliação do Projeto Territórios Livres; recuperação de aspectos da experiência concreta vivida no projeto, ao longo de nossa participação na sua realização; e revisão de bibliografia sobre a questão da infância e da adolescência, sobre os programas e políticas dirigidos à questão e sobre as relações entre formação de professores e experiências educativas com crianças e jovens em situação de extrema pobreza e exclusão social. A pesquisa permitiu uma melhor compreensão: das novas disposições legais sobre os direitos de crianças e jovens, bem como de seus limites, especialmente devido às omissões do próprio Estado; dos aspectos que constituem um projeto dirigido à questão da assistência a criança e jovens pobres em situação de risco e dos desafios enfrentados ao longo de sua realização; da importância que o conhecimento e experiência sobre essa questão têm para a formação de professores.

## SUMÁRIO

Introdução .....	
Capítulo 1	As políticas para infância e juventude a partir da década de 1990
1.1	- As novas formulações legislativas sobre crianças e adolescentes na década de 1990
1.2	- Novos formatos de ação
1.3	- O Projeto Territórios Livres.....
1.3.1	- O Projeto Territórios Livres no novo contexto
1.3.2	- Caracterização do Projeto
1.3.3	- Alguns de seus resultados
Capítulo 2	Minha experiência no projeto Territórios Livres.....
2.1	- Breve história de uma experiência
2.2	- Aspectos relevantes da experiência promovida no Projeto
2.3	-
	Considerações Finais: A atuação no âmbito da infância e juventude pobres e a formação de professores.....
	Referências bibliográficas .....

## INTRODUÇÃO

A pesquisa e a reflexão aqui apresentadas estão relacionadas a um trabalho desenvolvido durante três meses, que me propiciou uma experiência muito importante, no âmbito das ações voltadas para crianças e jovens em situação de rua. Trata-se do projeto Territórios Livres, coordenado pelo Movimento de Mulheres em São Gonçalo (MMSG), pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e pela Fundação da Infância e Adolescência de São Gonçalo (FIASG), desenvolvido no período de 30/05/2007 a 30/08/2007, no qual atuei como Agente Social, desempenhando as seguintes tarefas: abordagem das crianças e adolescentes em situação de rua e acompanhamentos, quando necessários, para algumas instituições.

Meu objetivo principal, nesta Monografia, foi recuperar a história desse projeto, destacando aspectos da sua organização e da experiência vivida e analisando esses aspectos a partir de três principais referências: documentos legislativos a respeito da infância e da adolescência que, atualmente, orientam a ação nesse setor; produções bibliográficas sobre a questão da infância e da juventude dos pobres; produções bibliográficas sobre as relações entre formação de professores e experiências educativas com crianças e jovens em situação de extrema pobreza e exclusão social.

Uma das questões que me motivou nessa proposta de estudo foi que a experiência vivida no projeto acima referido me fez aprender coisas que eu não esperava, contribuindo, inclusive, para a minha reflexão sobre a formação de professores diante dos desafios que ficam visíveis quando consideramos o direito à educação por parte de crianças e adolescentes excluídos socialmente.

No que diz respeito aos objetivos da pesquisa, devo destacar que o objetivo geral foi compreender os limites e as possibilidades dos projetos dirigidos às crianças e jovens pobres em municípios metropolitanos com graves índices de pobreza urbana. Quanto aos objetivos específicos, busquei: identificar os aspectos que constituem um projeto dirigido à assistência a crianças e jovens pobres em situação de risco, considerando seus objetivos, sua relação com a legislação vigente e com os poderes públicos locais, bem como sua forma de realização; refletir sobre os conhecimentos viabilizados pela experiência concreta em um projeto dirigido à



assistência a crianças e jovens pobres em situação de risco; discutir os prováveis sentidos desses conhecimentos e experiências para a formação de professores.

Foram vários os autores e demais referências escolhidos como base para o desenvolvimento da pesquisa e da análise, dentre os quais, gostaria de destacar as referências mais centrais.

Dentre os documentos legislativos sobre o tema, um dos textos mais importantes de considerar foi o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). Foi muito importante ter aprendido quais são todos os direitos e deveres da criança e do adolescente, principalmente quando se faz um trabalho de mapeamento na rua, onde estamos invadindo o espaço das crianças e adolescentes que são o objeto de ação de projetos como esse. Se não soubermos os seus direitos e deveres, como poderemos saber quando estamos violando os seus direitos e como poderemos orientá-los sobre quais são esses direitos perante a lei?

Para mim, o essencial, antes de fazer qualquer coisa, trabalhar, pesquisar, estudar e etc., é que todos nós temos que saber de cor quais são os direitos da criança e do adolescente, principalmente se você tem interesse em trabalhar com essa temática.

Importante também para minha atuação no projeto anteriormente mencionado e, agora, para a realização da pesquisa e a redação da monografia, foi ler os artigos da Constituição Federal de 1988 sobre os direitos da criança e do adolescente. Por meio dessa leitura, pude conhecer todos os órgãos que devem ser procurados e os procedimentos que devem ser tomados na hora em que percebermos que uma criança ou adolescente tem seu direito violado perante a lei.

Quanto a estudos e formulações sobre o tema, uma autora muito importante, que contribuiu em meu trabalho, na hora da abordagem de rua, bem como na realização da pesquisa e da redação, foi Irene Rizzini (2004), pois foi a partir de suas discussões que consegui distinguir o que é fazer uma abordagem, quem são essas crianças e adolescentes, como abordar os que moram na rua e que têm famílias e os que moram na rua e não têm família.

Outras referências importantes foram os textos de Estela Scheinvar (2004) e de Maria Lívia Nascimento (2002). O texto de Estela Scheinvar, sobre os Conselhos Tutelares, foi importante porque, para discutir os conselhos e suas relações com a escola, a autora recupera a história de formulação dos direitos da criança e do adolescente no Brasil, discutindo as leis existentes e sua aplicação, por meio da

ação de órgãos especializados, como o Conselho Tutelar. O livro organizado por Maria Livia Nascimento também foi importante porque analisa as práticas e os discursos sobre a infância e a adolescência dos pobres, nas políticas de proteção e assistência a crianças e adolescentes, tentando mostrar que nem sempre são consideradas as condições históricas que produzem infâncias desiguais.

A partir dessas leituras, também foi possível avançar na reflexão sobre as relações entre formação de professores e experiências educativas com crianças e jovens em situação de extrema pobreza e exclusão social.

Quanto à metodologia de investigação, destaco, primeiramente, a revisão de bibliografia sobre o tema, envolvendo documentos legislativos sobre a infância e a adolescência que, atualmente, orientam a ação nesse setor; bibliografia sobre a questão da infância e da juventude dos pobres; produções bibliográficas sobre as relações entre formação de professores e experiências educativas com crianças e jovens em situação de extrema pobreza e exclusão social.

Outra atividade relevante foi o levantamento da história do projeto Territórios Livres, por meio de pesquisa documental, envolvendo o estudo e fichamento dos documentos que apresentam o projeto e do seu relatório de avaliação, bem como o registro sistemático de observações e posterior organização dessas observações conforme o assunto, com o objetivo de possibilitar uma melhor sistematização das informações e questões que serão analisadas e apresentadas na monografia.

Na redação da monografia, esses estudos, pesquisas e reflexões, ganharam a seguinte ordenação: no Capítulo 1, apresento as novas formulações sobre crianças e adolescentes na década de 1990, considerando especialmente a Constituição Federal de 1988 e o ECA, bem como as novas formas de ação que se consolidam, a partir de então, tomando o Projeto Territórios Livres como um projeto representativo das formas de ação desenvolvidas a partir desse novo contexto jurídico e institucional, caracterizando-o e apresentando alguns de seus resultados; no Capítulo 2, apresento minha experiência no Projeto Territórios Livres, destacando aspectos do projeto que chamaram minha atenção por impactarem a minha formação. Também nesse capítulo discuto a importância dessa experiência na formação de professores.

Nas considerações finais, apresento uma síntese das principais questões e discuto a importância de ações e pesquisas sobre crianças e jovens em situação de rua na área de formação de professores.

## **CAPÍTULO I**

### **AS POLÍTICAS PARA INFÂNCIA E JUVENTUDE A PARTIR DA DÉCADA DE 1990**

## **1 - AS POLÍTICAS PARA INFÂNCIA E JUVENTUDE A PARTIR DA DÉCADA DE 1990**

### **1.1 - As novas formulações legislativas sobre crianças e adolescentes na década de 1990**

Com a Constituição Federal de 1988, abordou-se pela primeira vez no Brasil a questão da criança como prioridade absoluta, estabelecendo-se a criança como sujeito pleno de direitos, substituindo-se assim as definições jurídicas anteriores, irregulares e insuficientes, pelo sistema de proteção integral, expresso pelo artigo 227 da Constituição Federal: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à Criança e ao Adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. Esses direitos, segundo a Constituição, devem ser assegurados com prioridade. Desta forma, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado em 1990, veio expressar parte dos anseios de todos aqueles comprometidos com os ideais de justiça, configurados nos objetivos de garantia dos direitos das crianças e adolescentes em nosso país.

Conforme Scheinvar (2004), o ECA deve ser entendido como resultado de movimentos que há muito tempo vinham se formando em relação aos direitos da Criança e Adolescentes, movimentos que remontam ao próprio processo Constituinte. O ECA veio fazer reconhecer o direito da criança e adolescente, o direito à vida e à saúde, o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, o Direito a Convivência Familiar e Comunitária, da Família Natural, da família substituta, da guarda, da tutela, da adoção, do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, do direito a profissionalização e a proteção no trabalho, da prevenção especial, dentre outros.

A Constituição Federal e o ECA também concorreram para a criação de Instituições destinadas a fazer cumprir esses direitos. Este é o caso, principalmente, dos Conselhos Tutelares, instituições compostas por representantes da sociedade

civil, eleitos por meio de processo próprio, que têm a função de zelar por crianças e adolescentes que foram ameaçados ou que tiveram seus direitos violados.

Outra instituição importante para a questão da criança e do adolescente como questão de direitos é o Ministério Público (MP), também criado nesse contexto. Compreendida como instituição destinada à defesa da sociedade como um todo, atua quando, numa determinada situação, existe um interesse público. Por exemplo, em caso de infrações cometidas por entidades de atendimento, que coloquem em risco os direitos assegurados no ECA, e dever do MP, dar andamento às providências cabíveis, inclusive suspensão das atividades ou dissolução da entidade.

Outro exemplo da nova estrutura institucional que daí resulta é a crescente especialização de Juizados, bem representada pelos Juizados da Infância e da Juventude e do Idoso. Esses juizados têm a competência de fiscalizar, orientar e apurar irregularidades em instituições e abrigos para idosos, crianças e adolescentes além de garantir medidas de proteção e atendimento à terceira idade, à Criança e ao Adolescente.

Devemos lembrar ainda:

- a) A Promotoria de Justiça da Infância e Juventude: o Promotor de Justiça da Infância e da Juventude atua na defesa judicial e extrajudicial dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes (pessoas de até 18 anos incompletos), previstos na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, como, por exemplo, vida, saúde, alimentação, educação, convivência familiar e comunitária, lazer, profissionalização, cultura, dignidade e respeito, liberdade, etc.
- b) Delegacia de Proteção a Criança e ao Adolescente: delegacia destinada ao atendimento especializado;
- c) Outras Instituições Parceiras criadas posteriormente: CAIICA – Centro de Atendimento Integral à Criança e ao Adolescente, NAECA – Núcleo de Apoio Especializado à Criança e ao Adolescente, NACA – Núcleo de Atenção à Criança e ao Adolescente, CREAS – Programa Sentinela, NEACA – Núcleo Especial de Atendimento a Criança e Adolescente e CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

## **1.2 – Novos formatos de ação**

As novas definições jurídicas desenvolvidas nesse contexto e as novas instituições encarregadas de acompanhar ou encaminhar a implementação dos direitos da criança e do adolescente, acabaram envolvendo novos formatos de ação nessa área. Os trabalhos de autores como Rizzini (2004) e Scheinvar (2004) permitem perceber que as práticas anteriormente predominantes, vinculadas ao isolamento da criança e do adolescente pobre em instituições similares a um cárcere, vão cedendo espaço a um conjunto de práticas orientadas para a identificação das situações que representam agressão aos direitos da criança e do adolescente, bem como para o encaminhamento de ações, por meio de políticas públicas que garantam o exercício desses direitos.

Observa-se que o debate sobre esses direitos e as políticas que devem garanti-los se amplia. As críticas às práticas que violam esses direitos também se ampliam. Porém, nota-se que as ações concretas dirigidas ao efetivo exercício de direitos – boas escolas, bom sistema de saúde, políticas na área do trabalho e da moradia que possam dar nova base de organização da vida para as famílias, entre outras, ainda deixam a desejar.

Outro aspecto importante de se observar é que mesmo as novas instituições criadas, como os Conselhos Tutelares, não mudam da noite para o dia a situação de atendimento da criança e do adolescente. Nossa atuação em um projeto de mapeamento de crianças em situação de rua no município de São Gonçalo nos permitiu observar que instituições como o Conselho Tutelar e o Ministério Público apresentam, ainda, vários limites, sendo que um deles é, exatamente, o fato de não terem nenhuma forma de atendimento noturno, o que impede parte do trabalho necessário junto a essas crianças, cuja situação de fragilidade e abandono agrava-se e evidencia-se nas situações de trabalho noturno, marcadas por formas graves de exploração.

## **1.3 – O Projeto Territórios Livres**

### **1.3.1 - O Projeto Territórios Livres no novo contexto**

O Projeto que analiso nesta monografia – Projeto Territórios Livres – é bem representativo dos novos tipos de ação desenvolvidas a partir do novo contexto jurídico e institucional. Trata-se de um projeto de ação voltado para o mapeamento de crianças em situação de rua no município de São Gonçalo, município periférico da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, criado em 2006 para concorrer em uma seleção pública divulgada pelo CMDCA-SG.

É interessante observar o tipo de instituições envolvidas na criação e implementação do projeto, elaborado e implementado pela instituição Movimento de Mulheres em São Gonçalo (MMSG), segundo regras previstas pelo CMDCA, com financiamento do Fundo Municipal para a Infância e a Adolescência de São Gonçalo-RJ (FUMIA) e fiscalização da Fundação Municipal de Apoio à Educação e Assistência à Infância e à Adolescência de São Gonçalo (FIASG) e do CMDCA-SG. Ou seja, todas as instituições envolvidas - organização não governamental, passando por conselhos e por órgãos públicos – são instituições criadas ou, ao menos, consolidadas, no novo contexto.

### 1.3.2 - Caracterização do Projeto

Segundo o Relatório de Prestação de Contas do Projeto Territórios Livres (2008), este se configurou como um grande desafio desde o seu início, devido às suas finalidades e responsabilidade em contribuir com um diagnóstico situacional das crianças e adolescentes em situação de rua, tão necessário há quase duas décadas no município de São Gonçalo – RJ. Cabe observar que nenhuma outra instituição situada no município se habilitou a concorrer na seleção pública divulgada pelo CMDCA-SG no segundo semestre de 2006.

De acordo com os dados e informações que constam no Relatório, o prazo de 04 meses que foi dado para a elaboração teórico-metodológica e a execução da pesquisa de campo, bem como o orçamento estabelecido, mostraram-se reduzidos o para a missão do Projeto, obrigando a coordenação do mesmo a contratar uma equipe de educadores menor que a necessidade. Ainda assim, as atividades foram iniciadas, sabendo-se que aquele projeto era precursor nesse levantamento e sabendo-se, ainda, que, após o conhecimento dos dados quantitativos e análises qualitativas dos problemas encontrados nas ruas dos cinco distritos geográficos pesquisados, o colegiado do CMDCA deveria definir o seu plano de trabalho para o

ano 2008, estabelecendo quais as políticas públicas necessárias para o enfrentamento das violências e violações de direitos que crianças e adolescentes estão submetidos no município.

### 1.3.3 – Alguns de seus resultados

Tomando por base minha própria experiência no Projeto, bem como as informações sistematizadas no Relatório de Prestação de Contas do Projeto, é possível dizer que a realização do mapeamento permitiu à equipe, em primeiro lugar, constatar e conhecer um quadro de desigualdades sociais bastante grave, observando-se que, para além dos traços gerais das desigualdades sociais típicas de um país como o Brasil, era possível constatar um estado de desigualdade cada vez mais presente.

No que diz respeito à situação da criança e do adolescente em situação de rua, evidenciou-se que a maior parte das crianças e dos adolescentes nessa situação pertenciam a classes sociais de baixo poder aquisitivo e que muitos estavam na margem da alta pobreza e da miséria. Os índices observados mostraram que a maior parte dos entrevistados tinha renda familiar de menos de um salário mínimo, seguidos pelos que recebiam entre um e três salários, induzindo ao trabalho infanto-juvenil por necessidade de sobrevivência e composição de renda familiar, forma de resposta desumana e que não supre minimamente as necessidades básicas do ser humano.

Outro aspecto observado diz respeito aos preconceitos fortemente presentes nas situações de rua, especialmente no caso da reiteração histórica do preconceito contra os negros. O Relatório chama atenção para o fato de que os dados colhidos durante a pesquisa de campo evidenciam que o preconceito e a desigualdade social recaem desvantajosamente sobre os negros e pardos. As crianças negras e pardas compõem a maior parte do quantitativo de crianças e adolescentes que se encontram nas ruas, que são muitas vezes rotuladas e estigmatizadas como “neguinho, pivete, ladrão, menor”, dentre outras denominações preconceituosas e agressivas.

No que diz respeito ao caráter predominante da ação assistencial no Brasil, o Relatório lembra que teóricos contemporâneos criticam a política social brasileira por não ser redistributivista e não ter gerado, portanto, justiça social face aos índices de



crescimento econômico da nação. Os programas sociais de transferência de renda, criados especialmente a partir da década de 1990, não vem conseguindo promover a emancipação e a autonomia econômica das pessoas atendidas pela maioria dos programas em desenvolvimento. A transferência de renda, por sua vez, muitas vezes, não leva em conta as diferenças regionais e de custo de vida, sendo desigual quando estabelece o mesmo valor monetário para realidades tão distintas como a de uma cidade pequena, com baixa atividade econômica, e uma metrópole.

De todo modo, o Relatório aponta que no projeto Territórios Livres ficou claro que muitos que precisam recorrer às ruas e espaços públicos para sustentarem-se recebem ou já participaram de algum programa de transferência de renda, como benefício de prestação continuada (BPC), Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Bolsa-escola, Bolsa-família, Cheque-cidadão, Agente Jovem, dentre outros.

A realização do Projeto permitiu traçar o perfil majoritário das crianças e adolescentes em situação de rua, destacando-se as seguintes características:

a) A maioria das crianças e adolescentes trabalha para auxiliar na renda familiar e na auto-sustentação. Muitas vezes, são explorados, mas em grande parte “trabalham intencionalmente para garantir a sobrevivência e até mesmo satisfação pessoal”. Segundo o Relatório:

Esses trabalhadores adquirem traquejo nos espaços públicos e se adaptam de modo a pertencerem à paisagem e à dinâmica das ruas. Passam a maior parte do seu tempo nas ruas e criam ali seus laços afetivos, vivenciam suas experiências sexuais, aprendem sobre a vida e as pessoas e trabalham. Muitos estão afastados da escola, mas a grande maioria é estudante, mesmo com a frequência irregular. Isso nos leva a pensar o papel da escola nesta realidade. Possivelmente é clara a diferença entre uma criança que vai à escola e fora do horário escolar está em casa ou em algum curso e outra que quando não está na escola, está nas ruas, trabalhando ou fazendo outra coisa, tendo muitas vezes baixa frequência escolar. Essa diferença vai expressar-se tanto no rendimento quanto no comportamento desta criança. Será que os educadores não conseguem perceber tais diferenças? O que a escola tem feito frente a isso? Seria um caso de notificação compulsória? (PROJETO TERRITÓRIOS LIVRES. Relatório de Prestação de Contas, 2008, p.4)

b) Idade e sexo: o Relatório aponta que a faixa etária que prevalece entre os pesquisados é de 10 a 17 anos, com maior índice de adolescentes, confirmando

dados de outras fontes, já que essa é a faixa etária de maior índice de trabalhadores infanto-juvenis, segundo IBGE, e a faixa maior dos que estão em situação de rua. No que diz respeito ao sexo dos entrevistado(a)s, o Relatório também aponta para a mesma direção: o maior índice é do sexo masculino, confirmando que, em uma sociedade historicamente patriarcal, mantém-se a tendência de que os homens devem prover o sustento da família, enquanto as mulheres devem cuidar das atividades domésticas. Nos comentários do Relatório (2008, p. 09),

Apesar dos avanços do Movimento de Mulheres e dos Feministas não podemos negligenciar que ainda são as mulheres que mais cuidam dos afazeres domésticos e das crianças pequenas. Muitos irmãos foram observados trabalhando ou pedindo juntos, mas, também, observamos muitos pais com os filhos homens trabalhando, enquanto a filha toma conta dos irmãos mais novos ou ajuda a mãe em casa.

d) Religião: há predomínio de crianças e adolescentes de denominações religiosas evangélicas. De acordo com o Relatório, São Gonçalo é uma das cidades com maior índice de igrejas evangélicas, todas muito próximas umas das outras, assim, “a quantidade de congregações e ministérios evangélicos em São Gonçalo propicia a religião comunitária, aonde se conhece o pastor, por isso a aproximação é maior”.

e) Responsáveis de referência: A pesquisa realizada mostra que a mãe aparece como a principal responsável do(a)s entrevistado(a)s, seguida dos pais, mostrando que um maior número de mulheres continua ampliando suas responsabilidades, ficando com os filhos mesmo na ausência do pai. Também há um índice grande de “responsável não informado”, informação interpretada pela equipe do projeto como indicativa de muitas das crianças e adolescentes em situação de rua não sabem identificar suas referências, seus responsáveis e pessoas com quem contam de verdade. São crianças e adolescentes expostos, abandonados ou negligenciados. O Estado, por sua vez, não aparece como referência nas respostas, fazendo com que a realidade se mostre bem distante do que é preconizado no ECA, ou seja, que todos (sociedade, estado, pais) são responsáveis pelo bem estar e garantia de direitos das crianças e adolescentes.

f) Tempo nas ruas: o maior índice de tempo nas ruas identificado pela equipe do Projeto foi de seis meses a três anos, dado que reforça a idéia de que, nos últimos

anos, a demanda social cresceu muito, desorganizando o planejamento dos gestores das políticas públicas, que, muitas vezes, já não trabalhavam com a perspectiva de grande alcance populacional. O Relatório aponta que muitos dos entrevistados são recentes nas ruas, enquanto outros são muitos antigos, observando-se casos de adolescentes que estão nas ruas desde a infância, evidenciando um quadro de persistência do problema no qual são poucos os indícios de mudança na realidade social.

O Relatório traz, também, o registro de um rol muito variado de questões que ajudam a explicitar o grau de complexidade da situação de rua. Destacamos, a seguir, algumas das principais questões.

a) As medidas protetivas: uma questão importante questão observada no Relatório diz respeito à prática de aplicação de medidas protetivas, que, do ponto de vista da equipe do projeto, não atende, na maior parte das vezes, ao caráter de urgência das situações. Primeiro, porque as medidas protetivas não funcionam isoladamente, ou seja, precisam estar articuladas a ações contínuas e em rede, o que dificilmente se observa no município de São Gonçalo. Segundo, porque muitas medidas protetivas não podem ser executadas plenamente ou no tempo necessário em decorrência da falta de recursos e de investimentos para os procedimentos adequados. O Relatório salienta que, no caso de crianças e adolescentes em situação de rua, tudo fica ainda mais grave, já que essa é uma condição de grande vulnerabilidade, que em geral necessita de ações rápidas, além de ações permanente.

b) Subjetividade: o relatório chama atenção para aspectos muito importantes, como o da riqueza subjetiva de cada criança, conforme no trecho abaixo transcrito:

Uma das questões muito abordadas com as crianças e adolescentes entrevistadas foi a riqueza subjetiva de cada uma. Em todos os contatos realizados nunca deixamos de incluir as solicitações e percepções/avaliações da equipe para futura elaboração do plano de trabalho. Ao final de todas as entrevistas perguntávamos para os meninos e meninas quais eram seus sonhos de futuro e desejos, bem como se tinham alguma expectativa de profissão e/ou ocupação quando se tornassem adultos. No entanto, verificamos que, grande parcela não sabia dizer qual era seu sonho, achando que esta palavra estava associada aos sonhos que temos enquanto dormimos. Com isso, mostravam e traduziam através de respostas pueris a complexidade e as dificuldades que apresentam para

responderem questões relacionadas ao futuro, ou seja, quando ultrapassávamos o imediato da sobrevivência. (PROJETO TERRITÓRIOS LIVRES. Relatório de Prestação de Contas, 2008, p.03)

Perguntados pelos seus sonhos, as respostas, muitas vezes, eram fortemente expressivas da ausência de expectativas quanto ao futuro, como no caso de um menino que, perguntado, responde : “Ah tia...meu sonho é trabalhar de carteira de assinada”.

A ausência de expectativas quanto ao futuro gerou diversas reflexões após a análise das entrevistas realizadas, pois quando perguntávamos o que queriam ser quando crescessem, muitos respondiam que queriam continuar vendendo doces/objetos na rua: “Eu vejo meu futuro fazendo isso aqui mesmo trabalhando nessa barraca” (SIC). Um número muito pequeno de crianças mencionou alguma profissão que ambicionava ter quando crescer. Sendo assim, podemos deduzir que estas crianças/adolescentes se vêem sem “direitos para sonhar e de terem acesso aos bens materiais que desejam” (sic). Quanto a compreensão que possuem do mundo e dos seus aspectos subjetivos, em especial quando estes se relacionam a afetividade e a compreensão que possuem dos próprios arranjos familiares, observamos que se apresentam reticentes ao fornecimento de informações. No decorrer das caminhadas e dos encontros estabelecidos com este público, percebemos os mais diversos sentimentos por parte deles, como revolta, tristeza, medo, vergonha, insegurança, desconfiança, agressividade, baixa auto-estima. (PROJETO TERRITÓRIOS LIVRES. Relatório de Prestação de Contas, 2008, p.04)

Ainda que não tenham perspectivas concretas de futuro, muitos respondem: “ter uma vida melhor e poder ajudar suas famílias”, comprovando a preocupação com sua sobrevivência e de suas famílias, bem como o senso de responsabilidade como mantenedores de irmãos menores e, mesmo, das próprias mães.

c) Brincadeira: uma parte importante do relatório analisado diz respeito ao fato de que, apesar das dificuldades enfrentadas por estes meninos e meninas, os mesmos manifestam grande alegria quando são convidados pela equipe para brincarem:

Vimos isso claramente nas ocasiões em que o Projeto proporcionou atividades recreativas e de entretenimento. Através das atividades lúdicas tivemos a oportunidade de conhecermos crianças carinhosas e calorosas, que gostam de abraçar, ajudar, dançar, jogar bola, cantar, ou seja, vimos crianças que gostam de ser criança. (PROJETO TERRITÓRIOS LIVRES. Relatório de Prestação de Contas, 2008, p.04)

d) Programas de renda mínima: outro aspecto importante abordado no Relatório é relativo ao grande número de crianças e adolescentes em situação de rua cujas famílias recebem programas de renda mínima. O projeto permitiu identificar que um grande número de famílias gonçalenses beneficiadas pelos Programas Bolsa Família e de Erradicação do Trabalho Infantil tem crianças e adolescentes que se encontram em situação de rua. Segundo o Relatório, para essas famílias, o valor oferecido pelo Estado por meio desses programas não é suficiente para a complementação da renda familiar e isso acaba fazendo com que permaneçam nas ruas, exercendo as mesmas atividades que exerciam antes de obterem estes benefícios. Como a inserção nos Programas mostrou-se insuficiente para que as crianças e adolescentes saíssem das ruas de São Gonçalo, o Relatório conclui:

A nossa experiência de campo mostrou a necessidade de implementar indicadores de monitoramento e de satisfação junto às populações beneficiárias destes programas, pois a expansão das ações e suas respectivas coberturas não promovem por si só a inclusão social e a emancipação dos beneficiários. As metodologias que vêm sendo adotadas devem ser analisadas incorporando os beneficiários das ações. (PROJETO TERRITÓRIOS LIVRES. Relatório de Prestação de Contas, 2008, p.05)

e) Percepção das instituições que compõem a rede de proteção social: o Relatório enfatiza que, durante as tentativas de aproximação e de abordagens das crianças e adolescentes, por parte da equipe do Projeto, foi possível perceber muita reserva em relação aos Conselhos Tutelares.

Percebemos que quando as crianças/adolescentes associavam os integrantes desta equipe aos Conselhos Tutelares havia um afastamento e resistência para responderem às entrevistas. Algumas crianças, como as que ficam no sinal de trânsito no Jardim Catarina, nunca mais as encontramos. Ao nos avistarem em certa ocasião gritaram umas para as outras que era o CT e saíram correndo. Retornamos inúmeras vezes sem que obtivéssemos sucesso, não conseguindo mais localizá-los. Outras crianças, como as que ficam em Alcântara, fizemos várias tentativas até ganharmos a confiança necessária para que cooperassem com o nosso trabalho, pois também pensaram que fôssemos do Conselho Tutelar. Ao avaliarmos tais condutas percebemos a necessidade de ser realizada uma campanha informativa e sócio-educativa para esclarecimento das funções e competências dos Conselhos Tutelares, com vistas a superar o estigma do caráter repressivo e “de polícia” que lhe é atribuído por segmentos expressivos da população. Cabe sinalizar algumas colocações de crianças abordadas, como àquelas que disseram que não gostam de do Conselho Tutelar porque “leva as crianças” e porque as “proíbem de trabalhar” (sic). Percebemos, ainda, uma repulsa muito grande, que leva ao medo, toda vez que

pensam que o Conselho Tutelar está se aproximando, evitando inclusive, conversar e qualquer forma de contato, pois entendem que se alguém discorda que eles estejam nas ruas trabalhando esta pessoa é contra eles. Sendo assim, desconhecem que a função precípua dos Conselhos Tutelares é zelar pelo cumprimento dos seus direitos. (PROJETO TERRITÓRIOS LIVRES. Relatório de Prestação de Contas, 2008, p.05)

Um caso de tentativa de abrigamento vivido pela equipe do Projeto ilustra bem o tipo de experiência que as crianças têm com as instituições e ações a elas destinadas e as lições que elas vão aprendendo a extrair dessas experiências.

O artigo 93 do ECA prevê que “As entidades que mantenham programas de abrigo poderão, em caráter excepcional e de urgência, abrigar crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato até o 2º dia útil imediato”. A prática do Projeto, porém, mostrou que o encaminhamento de crianças e adolescentes para essas entidades muitas vezes não é nada facilitado. Em uma tentativa de abrigamento de uma criança, a equipe do projeto foi orientada a primeiro entrar em contato com o Conselho Tutelar ou Juizado da Infância e Juventude. Após várias tentativas, quando a equipe conseguiu contato com um Conselheiro Tutelar para que este encaminhasse o abrigamento, vários obstáculos foram apresentados por diferentes pessoas: alegação de que a instituição não poderia receber o menino devido à falta de vagas (SIC), reencaminhamento do pedido para outro abrigo, na falta de solução, reencaminhamento para um abrigo em Niterói, necessidade de uma visita institucional do Conselho para análise do caso e para respaldar o abrigamento e, por fim, necessidade de expedição de uma carta precatória para efetivação do abrigamento. Quando, por fim, a equipe retornou para efetivação do abrigamento, parte do vínculo com a criança já havia sido abalado pela demora e o menino não aceitou o encaminhamento.

f) Vínculos entre a equipe técnica e as crianças/adolescentes em situação de rua: o Relatório ressalta o forte vínculo criado entre a equipe do Projeto e os entrevistados. Nos termos do Relatório (2008, P.06),

A metodologia adotada pelos integrantes da equipe foi baseada no atendimento humanizado e integral, respeitando as demandas, sentimentos e diferenças apresentadas por cada criança/adolescente atendida. Por esta razão, os vínculos de respeito e reciprocidade foram facilmente estabelecidos com a equipe de Territórios Livres. Ao contarmos a criança e/ou adolescente a ser abordado víamos,

primeiramente, a criança em si e não o que ela representa face aos estereótipos construídos pelo senso comum. Os vínculos foram criados ao longo dos encontros, das conversas, das confidências, que vieram após o preenchimento dos formulários. Considerando que adotamos uma fase preliminar de aproximação, não foi difícil conseguirmos, na sua maioria, realizar as entrevistas, em especial, por já conhecermos seus sonhos, objetivos (quando tinham) e seus medos. Portanto, não foi difícil fazer e ser parte do mundo destes pequeninos, bem como a equipe ser parte na vida destes, pois quando viam integrantes do projeto se aproximavam e corriam para abraçar. Tanto meninos quanto meninas nos perguntavam quando voltaríamos para brincar e adolescentes que disseram nunca terem sido ouvidos antes e que não queriam perder os contatos ora estabelecidos. Embora o projeto já tenha encerrado suas atividades há um mês, as crianças e os adolescentes, que ainda se encontram nas ruas, ao verem a equipe realizam acenos, apertos de mão e recebem os contatos com sorrisos.

g) Desumanidade e degradação: o Projeto colocou a equipe, por diversas vezes, frente a situações desumanas e degradantes, como no caso dos encontros com crianças e adolescentes que dependem e vivem do lixo e das sobras para manter a sua alimentação diária e de sua família. Os fatos relatados dão uma medida clara da gravidade das situações percebidas.

Ao irmos ao Ceasa, situado no bairro do Colubandê, fomos abordados por diversas famílias que encontram nas sobras os subsídios para sua sobrevivência. No Aterro Sanitário situado no bairro de Itaóca, mais conhecido como Lixão, vimos crianças e adolescentes, sem qualquer proteção, a exemplo de luvas e botas, remexiam o lixo dividindo o espaço com animais como porcos e urubus. Portanto, torna-se urgente ações que priorizem a retirada das crianças e dos adolescentes que sobrevivem do Lixão, fornecendo condições dignas de vida conforme preceitua o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90). (PROJETO TERRITÓRIOS LIVRES. Relatório de Prestação de Contas, 2008, p.07)

Nas ruas vemos crianças e adolescentes perdendo sua infância, sua inocência, sua essência. No momento de estarem na escola, estão trabalhando, no momento de brincar, estão trabalhando. O que dizer dos momentos de lazer, cultura, esporte, diversão. Estes meninos e meninas perdem valiosos momentos de suas vidas, ultrapassam etapas que não poderão viver novamente. Logo se vêem com os ombros doloridos por carregarem responsabilidades que não lhes cabe, não condizem com sua condição física e psicológica muitas vezes. Durante este tempo na rua a equipe abordou muitas crianças e adolescentes que carregavam o peso de levar pra casa o sustento da família. Vimos por exemplo às 1:30 da manhã um menino de oito anos de idade que não podia voltar pra casa antes de vender tudo. Vimos crianças que aos sábados trabalham como vendedores ambulantes das 9h da manhã às 21h e com este dinheiro mantêm a

casa. Estes são apenas dois exemplos de muitas outras situações que a equipe encontrou nas ruas de São Gonçalo. Criança é criança e gosta de fazer coisas concertes a sua idade. Isto a equipe também pôde constatar através dos relatos e dos momentos de diversão que tivemos todos juntos. Crianças e adolescentes em situação de rua são antes de qualquer coisa crianças e adolescentes, mas nas ruas recebem um encargo muito maior do que podem suportar inculindo-lhes responsabilidades além das suas condições não lhes permitindo viver plenamente sua infância e sua adolescência. (PROJETO TERRITÓRIOS LIVRES. Relatório de Prestação de Contas, 2008, p.07)

Outros aspectos muito relevantes abordados no relatório são sobre a identificação da violência e a evasão escolar, conforme destacamos nos trechos abaixo apresentados.

Aparecem dados mínimos sobre relatos de identificação de violência. A equipe unanimemente identificou certa camuflagem na ausência destes dados, porque a maioria está em situação de risco e de violação de direitos. Chegamos a duas conclusões: a primeira é de que o vínculo estabelecido em três meses, em plantões que se dividiram em mais de noventa bairros, não foi suficiente para colher informações precisas sobre tema tão complexo e a segunda é de que sabemos o quanto é difícil falar de violências sofridas e muitas vezes incompreensível psicologicamente. As vítimas, com muita frequência, não identificam os autores, que são pessoas próximas. E ainda quando sentem a agressão são oprimidos por relações de poder e hierarquia. (PROJETO TERRITÓRIOS LIVRES. Relatório de Prestação de Contas, 2008, p. 09)

Os índices de evasão escolar são expressivos nos dias atuais, principalmente entre as classes pobres, aonde os pais muitas vezes não podem acompanhar a vida escolar dos filhos e as carências financeiras levam todo o núcleo familiar a tentar compor uma renda familiar. Portanto, seria óbvio que nosso público alvo apresentasse tais problemas. Percebemos, então, que a evasão escolar é um movimento que permeia a vida de crianças e adolescentes em situação de rua. Ao passar grande parte do seu dia na rua, a criança vai perdendo o interesse pelos estudos. Já não disponibiliza tempo para o dever de casa e para estudos em casa o que ocasiona notas baixas e repetências. Muitos nos diziam que estudavam, mas quando perguntávamos o turno, percebíamos então que o mesmo estava no horário de aula e que ao invés de estar na escola, estava na rua trabalhando. Com muitas faltas acabam repetindo o ano. Tudo isso desmotiva a criança em ir para a escola levando-a a abandoná-la. Alguns continuam com os estudos, mas como vimos em inúmeros casos, com alto índice de repetência acarretando um atraso considerável na vida escolar. Muitos nos disseram que estudar é chato e por isso pararam de ir à escola; outros porque tinham que trabalhar o dia inteiro para ajudar na renda familiar. Cabe ressaltar aqui o elevado número de famílias cujas crianças e adolescentes em



idade escolar sequer foram matriculados na rede de ensino porque ainda não tem certidão de nascimento. Mesmo aparecendo em grande maioria, crianças e adolescentes entrevistados, afirmaram que estudam, porém muitos têm frequência irregular, estão atrasados nas séries e não têm bom rendimento escolar. Alguns afirmam que estudam porque estão matriculados, mas não frequentam. Isso pode ser comprovado quando observamos que a maioria dos entrevistados trabalha em período bastante extenso. (PROJETO TERRITÓRIOS LIVRES. Relatório de Prestação de Contas, 2008, p. 11)

A vivência no Projeto e as informações registradas no Relatório permitem perceber os vínculos entre a situação de rua e as condições de acesso ao trabalho no país. Diversos entrevistados pelo Projeto relataram que os pais sobreviviam do trabalho informal e que os filhos acabavam ajudando nessa tarefa, o que acaba propiciando uma maior incidência do trabalho infanto-juvenil como meio de composição da renda familiar na luta pela sobrevivência. Nos termos do Relatório (2008, p.28):

A ausência dos pais ou de um deles influencia diretamente nos índices de trabalho infanto-juvenil, pois quando pesa sobre um só genitor a tarefa do sustento, é aumentada a proporção de crianças e adolescentes que necessitam trabalhar. Não é incomum que entrevistados colocassem inclusive a situação de não terem pais que o sustentem.

Ainda que pouco apareçam nas estatísticas do Projeto dados sobre a utilização de drogas e a prostituição, a equipe acredita que se trata de um dado camuflado. Muitos, apesar de não apresentarem envolvimento freqüente, já tiveram algum contato com drogas, álcool e fumo. Sobre a prostituição, é observado no Relatório que existem algumas situações bastante suspeitas, “referentes a adolescentes que possivelmente deixavam-se serem abusados em troca de favores e ganhos financeiros, mediante sedução ou ameaça”. No Relatório, observa-se que a maioria das fichas em que a prostituição aparece “é de meninas ou travestis, que muitas vezes se vendem por quantias irrisórias e sujeitam-se a todos os riscos imagináveis”.

Segundo o relatório, a vivência da equipe nas ruas durante os três meses de coleta de dados permite dizer que as crianças e adolescentes em situação de rua não recebem respeito de quase ninguém, incluindo, mais que tudo, o respeito das autoridades competentes. Pelo relato das crianças, o Relatório mostra diversas

faces da falta de respeito por parte das pessoas que circulam pelas ruas e vêem as crianças como pivetes, trombadinhas e inconvenientes, que as tratam mal quando estas vão oferecer suas mercadorias; falta de respeito dos próprios responsáveis, em algumas vezes presenciadas pela própria equipe; falta de respeito por parte da própria polícia, que deveria zelar por seus direitos, servindo-os e protegendo-os.

O Relatório conclui, a esse respeito, que essas crianças e adolescentes são tão desrespeitadas durante todo o tempo, que dificilmente respeitarão a si próprias e aos outros.

## **CAPÍTULO 2**

### **MINHA EXPERIÊNCIA NO PROJETO TERRITÓRIOS LIVRES**

## **2 - MINHA EXPERIÊNCIA NO PROJETO TERRITÓRIOS LIVRES.**

### **2.1 – Breve história de uma experiência**

A minha inserção no projeto de pesquisa do qual participei, Territórios Livres, aconteceu da forma que vou expor. A instituição Movimento de Mulheres em São Gonçalo (MMSG) fez o projeto chamado Territórios Livres (Mapeamento de crianças e adolescentes em situação de rua), para o CMDCA, para participar de uma seleção com vistas a financiamento, até que o projeto foi aprovado e financiado pelo FUMIA, passando a ser fiscalizado pela FIASG e pelo CMDCA-SG.

Após aprovação, começaram os processos seletivos para atuação profissional no projeto. A divulgação da seleção foi ampla, através do Jornal São Gonçalo, e-mail e pelo site do MMSG, de maneira que todos os interessados pudessem participar da seleção.

Fiquei muito indecisa em participar, pois não sabia nada sobre o tema abordado, que inclusive iria cair na prova, uma das várias etapas previstas na seleção. As vagas oferecidas foram 02 para Assistente Social, 01 para Agente de Pesquisa, 08 para Agentes Sociais, 01 para Assistente de Coordenação e 01 para Motorista. Finalmente tomei coragem e enviei o meu currículo.

No dia marcado para a prova de seleção, que seria a 1ª etapa, estava ainda indecisa, pois era o dia da formatura da minha afilhada e eu era a madrinha. Eu estava também apreensiva, sem saber o que fazer. A prova era às 18:00h e a formatura às 19:30h. Resolvi ariscar e fui fazer a prova. Chegando lá e vendo os vários candidatos, fiquei um pouco assustada, pela quantidade de pessoas e por lembrar que não tinha estudado tudo o que iria cair. Mas assim mesmo resolvi ariscar e fazer a prova. Terminando a mesma, fui o mais rápido possível para chegar a tempo na formatura da minha sobrinha e afilhada.

Após ter passado toda essa tensão, veio a ansiedade de saber se havia ou não sido aprovada para a 2ª etapa da seleção que, desta vez, era a análise do currículo e a entrevista. Foram umas duas semanas de espera até sair o resultado e quando vi que era uma das selecionadas para participar da etapa seguinte, fiquei feliz em saber que valeu ter arriscado e conseguido passar para a próxima fase.

Na entrevista, fiquei um pouco tensa, pois do total de 33 inscritos, só foram aprovadas 12 pessoas. Começando a entrevista, fui ficando mais calma e

conseguindo responder com mais tranqüilidade as perguntas. Fui entrevistada pelo coordenador da equipe, sr. Alan, e pela assistente de coordenação, sra. Oscarina.

Após a entrevista começou mais uma vez a tensão, até saber se havia conseguido passar para a 3ª fase, que era a capacitação da equipe. O resultado saiu em 03 semanas e finalmente fui selecionada para participar da capacitação da equipe. Fiquei muito feliz em ter conseguido passar por todos esses processos e ser uma das oito pessoas selecionadas para participar da equipe.

Durante a capacitação que foi desenvolvida, porém, quase desisti, pois me deu medo de não conseguir alcançar os objetivos propostos pelo projeto. Comecei a imaginar como é que eu iria fazer para abordar uma criança e uma adolescente em situação de rua, como seria, pois, muitas das vezes, quando chegamos perto, elas saem correndo, achando que somos do Conselho Tutelar ou do Juizado da Infância e Juventude. Como é que eu conseguiria abordar os malabares, os vendedores ambulantes, os que trabalham com os pais na rua, os drogados e etc. ? Tudo isso veio à minha mente durante toda a capacitação, pois iria, trabalhar durante a madrugada e geralmente é o horário mais problemático.

Fui preparada, mas, a partir de então, ocorreria a prática e a prática não tem obrigatoriamente muita relação com a teoria, pelo menos não com algumas teorias.

## 2.2 – Aspectos relevantes da experiência promovida no Projeto

Na prática, me deparei com as dificuldades da madrugada, onde não tínhamos recursos algum. Mas me deparei, também com conhecimentos de grande importância, que não esperava. Conheci lugares (bairros) que antes não sabia sequer que existiam no município de São Gonçalo. Em cada local, éramos observados, pois éramos estranhos para os que nós observávamos.

No primeiro momento, eu e minha equipe, que era formada por mim, Nathalia, Jacy e Adriana, fizemos o reconhecimento dos distritos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º de São Gonçalo, onde teríamos que fazer o trabalho de campo. Foram quatro semanas conhecendo São Gonçalo por inteiro. Cada detalhe era registrado. Não podíamos deixar despercebido nenhum momento, tudo era importante. Houve situações em que passamos mais de três vezes pelo mesmo local, para termos certeza do que estávamos observando. Mais para frente, todos os pequenos detalhes seriam importantes para a equipe.

Em seguida, partimos para a observação dos locais onde tínhamos feito o reconhecimento anteriormente, para saber o quantitativo de crianças e adolescentes do nosso público-alvo. O sentimento que tive, ao observar as crianças, era de que estávamos sendo observados, ao invés de observar. Esse momento foi muito delicado para conseguirmos sair da situação sem deixar as crianças perceberem.

Durante toda a capacitação, reconhecimento de campo e observação dos locais, aprendi muito com tudo que conheci e observei, principalmente com as crianças e adolescente que antes eram vistos por mim de uma forma bem diferente, uma forma estigmatizada, segundo a qual todos eram trombadinha, ladrões e etc. Na verdade, não foi isso que vi. Durante toda a pesquisa, pude perceber que eram apenas crianças e adolescentes que estavam ali para vender ou pedir, para ajudar em casa ou a si próprio.

Antes de entrar para o projeto, andava pela rua sem observar o que estava à minha volta com detalhes, com olhos de pesquisador. Hoje, tudo mudou. Quando ando, observo tudo que está ao meu redor, mesmo com o término da pesquisa. Cada bairro visitado, cada ficha preenchida, foi um aprendizado profissional e pessoal, pois naquele momento eu estava invadindo o espaço e a privacidade de crianças e jovens em uma situação de vida que eu não conhecia.

Houve um momento em que foi bem complicado, na hora em que abordei um menino que tinha deficiência auditiva, e pela primeira vez me vi sem ação, sem saber como deveria preencher a ficha, pois o menino era muito agitado e em todo o momento queria a minha atenção. Nesse momento, meu colega de equipe Jacy me ajudou, pois o mesmo sabia a linguagem dos sinais e isso foi muito importante pra mim. Porém, mesmo com toda a ajuda que tive do Jacy, foi complicado fazer o preenchimento da ficha, pois a criança não tinha muito conhecimento dos sinais, que ainda estava apreendendo.

Situações como essas eram constantes e me fizeram entender melhor os problemas reais que marcam a vida dessas crianças. Ao aborda-las, pude perceber que eles são apenas crianças e adolescentes, que estavam ali vendendo, fazendo malabares, pedindo etc. e, por isso, ficavam vulneráveis para outros problemas. Foram muitos os momentos importantes que presenciei e que jamais esquecerei. Conheci muitos que se drogavam, cheirando cola e fazendo uso de outros meios, mas nos respeitavam quando chegávamos no local.

Todos da equipe tínhamos que andar com crachá de identificação. Ao abordarmos a criança ou o adolescente, explicávamos o objetivo do projeto. Só assim conseguimos conquistar a confiança dos mesmos, a ponto de muitos nos levarem aos locais onde os outros estavam escondidos ou vendendo. Nesse processo, criamos um vínculo muito bom com os mesmos. Claro que nem tudo é lindo e maravilhoso. Tivemos momentos difíceis, principalmente quando tínhamos que pedir autorização aos “chefes” para podermos entrar nos locais proibidos e dominados por eles.

Conheci mais de 1.500 crianças e adolescentes, e todos foram registrados através de fichas e relatórios que eram feitos diariamente pelos agentes e técnicos da equipe de plantão.

Também foram feitas várias atividades didáticas de recreação com as crianças e adolescentes. Um dos momentos mais chocantes e marcantes, quando fiquei bastante comovida e fragilizada, foi quando, ao observar no supermercado Multi Marketing – Alcântara, crianças e adolescentes com seus pais brigando por comida, no caminhão de lixo da prefeitura, percebi que o que eles pegavam era efetivamente a garantia da semana e que a alimentação produzida desse jeito já era uma regra. Uma fala de uma criança de 03 anos, que me chamou muita atenção e que achei muito grave e representativa disso, foi: “mãe, hoje não tem danoninho”.

Imaginei por que o governo não dá condições de trabalho para esses pais, que muitas das vezes são jovens e têm três, quatro filhos. Observei que muitos já se acostumaram com aquela vida de catador. Presenciei o crescente envolvimento emocional da equipe, como quando, nesse local, Jacy chorou, não conseguindo controlar os seus sentimentos.

Fizemos uns três encontros nesse local e vimos de tudo. No terceiro encontro, fizemos atividades educativas com fantasias, tintas guache, pincel, cartolina e bola, com todos da equipe participando. Durante todo o momento, conversamos muito com os pais dessas crianças e adolescentes que ali estavam. Tive um aprendizado muito grande de vida, pois às vezes reclamamos do que temos em casa e não percebemos que existem pessoas que sobrevivem com restos de mercados e muitos com comidas estragadas, amassadas, que assim mesmo servem como refeições durante muito tempo.

Foram varias experiências diferentes e importantes para a minha vida. Ouvi muitos relatos tristes e também alegres. Tenho muitas informações que só eu sei o que significaram para mim.

Por tudo isso, participar do projeto foi muito bom: conheci lugares que antes desconhecia, mesmo morando no município; fiz amizades que antes seriam quase impossíveis e hoje se tornaram realidades; conheci crianças e adolescentes de vários bairros que me marcaram profundamente, crianças do Jockey, crianças do Raul Veiga, crianças do Alcântara, crianças do Colubandê, entre outros, que naquele momento eram crianças trabalhadoras, mas apesar de tudo são apenas crianças, com responsabilidades de adultos.

A partir dessa experiência, penso que a gravidade e a intensidade das situações que vi, os limites do projeto que percebi ao longo da experiência, os limites das próprias leis, em desacordo com as condições reais de ação do Estado nessa área, são aspectos representativos para o estudo sobre os projetos dirigidos às crianças e jovens pobres em situação de rua.



### **3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS: A ATUAÇÃO NO ÂMBITO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE POBRES E FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

A participação no Projeto Territórios Livres e o posterior trabalho de pesquisa monográfica relacionado a essa experiência me permitiram aprofundar conhecimentos sobre as mudanças legislativas referentes à questão da infância e da adolescência no Brasil, sobre as novas instituições vinculadas a essa questão, surgidas a partir da nova legislação, bem como sobre os próprios limites apresentados por essas instituições e pelas políticas públicas sociais que deveriam garantir certas condições básicas de vida capazes de impedir a permanente produção da vulnerabilidade de crianças e adolescentes,

Entendo que o projeto que analisei é representativo para a discussão sobre a importância do conhecimento de situações e projetos como esses para a formação de professores, considerando que a educação é um direito de todos e que a formação de professores deve levar em conta um conjunto de questões em torno das condições de vida e acesso à educação de um número grande de crianças que deveriam ser objeto de nossa preocupação, mas que, geralmente, não recebem foco nos cursos de formação inicial de professores.

A experiência de participar de um projeto como esse me permitiu conhecer mais de perto uma realidade que, apresentada teoricamente, não é de todo compreendida pelo futuro professor.

No decorrer do projeto, ficou claro, por exemplo, que o que tratamos normalmente como “ausência do Poder Público”, muitas vezes, não é só ausência, mas presença desrespeitosa, violenta, agressiva.

A falta de ação do Poder Público na oferta de condições de vida digna expõe as crianças e adolescentes a um grau de exploração (a exploração econômica se dá por várias vias, de exploração do trabalho, sexual etc.) que agrava muito mais as condições de vida, degradantes e desumanas.

Ouvir de uma criança que não vale a pena estudar, porque ela ganha mais do que nós mesmos, atuando nas ruas, coloca o professor diante de limites e desafios cuja discussão talvez ajudasse mais a uma prática profissional comprometida com a transformação desse estado geral de coisas.

Uma experiência como essa ensina muito sobre a morosidade, a insuficiência e a inadequação da ação do Estado. Deixa mais claro o que são deficiências de

gestão, o que decorre de falta de recursos, o que resulta da falta de leis mais claras e o que decorre da falta de preparo profissional.

Nesse sentido, permite ao futuro professor, entender melhor o universo de problemas no qual forma-se a cultura das crianças que, posteriormente, a escola não consegue atender, inclusive em termos pedagógicos.

A experiência na rua mostra que a escola não tem como mudar esse estado geral de coisas, mas mostra também que o professor precisa estar consciente disso, de seus limites, dos limites da escola, até para propor ações viáveis para a própria escola e para fortalecer o debate e as lutas pela melhoria da educação pública e das demais políticas públicas.

Nesse sentido, entendo que as ações e pesquisas sobre crianças e jovens em situação de rua são importantes na área de formação de professores não apenas para fornecerem dados gerais que situem os futuros professores em relação a uma realidade que, de algum modo, atinge a escola. Mas para efetivamente possibilitarem ao futuro professor um contato mais próximo com essa realidade cuja gravidade só compreendemos quando vivenciamos de perto.

## 5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal nº 8069 de 13/07/1990; Niterói, RJ: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2002.

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social. LEI Nº 8.742, de 7 de dezembro 1993. Dispõe sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União de 8.12.1998

NASCIMENTO, Maria Lívia (Org.). Pivetes: a produção de infâncias desiguais – Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2002.

PROJETO TERRITÓRIOS LIVRES - Mapeamento de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua. Relatório de Prestação de Contas. Movimento de Mulheres em São Gonçalo, 2008.

RIZZINI, Irene e RIZZINI, Irma. A institucionalização de crianças no Brasil – percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

SCHEINVAR, Estela. Tensões, rupturas e produções na relação entre o Conselho Tutelar e a escola. In: Estela Scheinvar; Eveline Algebaile (Org.). Conselhos participativos e escola. 1a. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.